

Eixo Temático

História das Instituições Escolares no Campo

Título

EDUCAÇÃO BANDEIRISTA: O ENSINO RURAL E A FORMAÇÃO DE MESTRES-ESCOLAS DO CAMPO

Autor(es)

Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho

Instituição

Prof. do de Licenciatura Educação do Campo – Universidade Federal do Tocantins

E-mail

George.coelho@hotmail.com

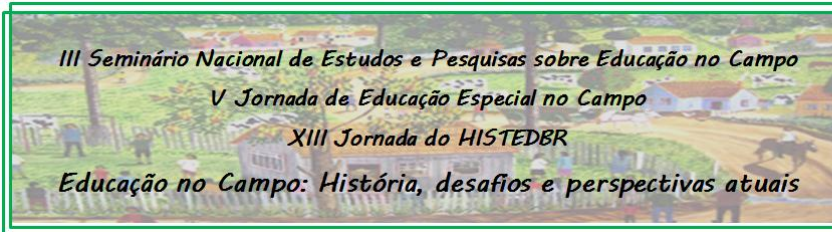
Palavras-chave

formação; Nação; desenvolvimento.

Resumo

Neste artigo avaliaremos como os temas do Ensino Rural e da Formação de Professores são apropriados pelo Movimento Bandeira e divulgado pela revista *S. Paulo* e pelo jornal *Anhanguera*. Não consideramos que esses temas sejam exclusivos do ideário bandeirista, visto que, esse debate já estava posto pelos Pioneiros da Educação Nova, principalmente no texto de Fernando de Azevedo. Mesmo que a relação entre Ensino Rural e a formação de Mestres-Escolas para o Campo não seja inaugurada com o ideário bandeirista, esse grupo, ainda não estudado pela historiografia brasileira, apresentou uma forma peculiar de abordar esses temas. Nesse sentido, demonstraremos como o

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



ideário deste grupo se colocou na arena política da década de trinta como mais uma proposta autoritária de remodelação da Nação.

Texto Completo

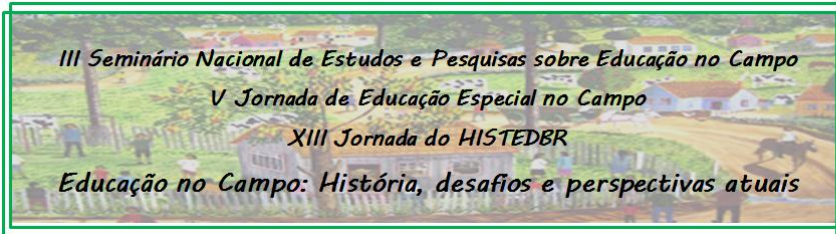
O Movimento Bandeira, movimento o qual denominaremos seus simpatizantes como “novos bandeirantes” ou bandeiristas¹ foi organizado por Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo entre 1935 e 1937, . Os principais meios de divulgação das ideias do grupo foram a revista *S. Paulo*² e o jornal *Anhanguera*³. Tal ideário apropriou-se de uma série de enunciados literários verde-amarelos do Modernismo e os transformou em enunciados políticos para combater o Comunismo, o Integralismo e o Liberalismo. Além de defender a instauração do Estado Forte e da Democracia Social Nacionalista, os bandeiristas também apoiaram a candidatura de Armando de Salles Oliveira na campanha eleitoral à presidência marcada para 1938. Juntamente a essas posições políticas, esse grupo idealizou uma configuração especial para o ensino rural e para a formação de mestres-escolas para o campo.

A leitura das diretrizes do ideário bandeirista nos oferece uma dupla observação: demonstra a apropriação de enunciados do poema *Martim Cererê* (1927) e, ao mesmo tempo, expõe como esse ideário fez usos desses enunciados na imprensa para elaborar um projeto nacional. Os periódicos e o poema citados são fundamentais para demonstrar como, por meio desses suportes, ocorreu a apropriação simbólica (Roger Chartier) e a intertextualidade (LaCapra) entre diversos textos e contextos, com os quais, os bandeiristas dialogavam. E mais, através desse aparato conceitual foi possível delinear as trocas simbólicas (Pierre Bourdieu) que subsidiaram a ideologia dos “novos

¹ O termo bandeirista pode ser confundido com intelectuais que estudam as expedições que adentraram o interior da colônia portuguesa no século XVII em busca de indígenas para serem escravizados e pedras preciosas, mas quando esse termo aparecer nesse texto ele tem o mesmo valor de “novos bandeirantes”, ou seja, ele fará referência aos integrantes do Movimento Bandeira.

² A revista *S. Paulo* circulou em 1936 sob a direção de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Levém Vanpre. O mensário foi impresso pela gráfica de Romiti e Lanzara, com fotografias de Theodor Pressing (1883-1962) e Benedito Junqueira Duarte (1910-1995), e contava com a colaboração de Lívio Abramo (1903-1992) na produção gráfica, J. T. W. Sadler na tradução para o inglês, Osmar Pimentel (1912-1969) e Francisco de Castro Neves (1914-1974) como redatores.

³ Esse jornal foi dirigido por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Candido Motta Filho entre junho e setembro de 1937 e contava com a colaboração de Osmar Pimentel como redator principal, Guilherme Figueiredo (1891-1997) como crítico literário e Belmonte (1891-1997) como ilustrador.



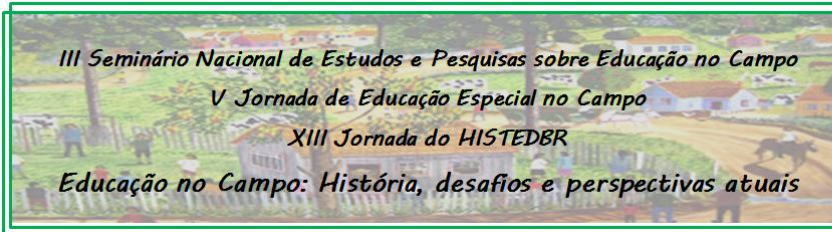
bandeirantes”. Consideramos de antemão, que tal arquitetura discursiva – encontrada na imprensa e na literatura – foi fundamental para a exposição do “pensamento bandeirante” como expressão máxima da mística paulista, mística esta, que supostamente seria a única capaz de exaltar a raça e delinear os destinos do Brasil. A partir desses apontamentos, o objetivo aqui é abordar alguns pontos de encontro entre posições literárias, políticas e educacionais que subsidiaram a associação entre o Ensino Rural e a formação de professores do campo no ideário do Movimento Bandeira.

Como afirmado anteriormente, veremos neste artigo como os temas do Ensino Rural e a formação de Professores do Campo são tratados na revista *S. Paulo* e no jornal *Anhanguera*. Não consideramos que esses temas sejam exclusivos do ideário bandeirista, visto que, esse debate já estava posto pelos Pioneiros da Educação Nova⁴. Mesmo que essa relação não seja inaugurada com o ideário bandeirista, esse grupo apresentou uma forma peculiar de abordar o tema. Para compreender melhor como essas questões educacionais postas pelos “novos bandeirantes” ganharam destaque na década de 1930, primeiramente realizaremos uma contextualização do período em que esse ideário se constituiu, para em seguida apresentar os principais pontos do debate bandeirista.

Para esclarecer como o ideário bandeirista se constituiu é necessário retornar aos acontecimentos ocorridos após a vitória do Movimento de 30 contra a oligarquia paulista e as configurações políticas daí decorrente. A vitória das tropas federais sobre a Revolta Constitucionalista em 1932 não encerrou o impasse entre São Paulo e o Governo Provisório, uma vez que Getúlio Vargas (1882-1954) deveria decidir sobre o futuro político dos paulistas. A primeira medida foi nomear o general Waldomiro de Lima (1873-1938) como interventor. Meses depois, Vargas consulta os paulistas por meio de listas de indicação e Armando de Salles – único nome que constava em todas elas – foi nomeado interventor em agosto de 1933.

De acordo com Ângela de Castro Gomes (1980), a derrota em 1932 não representou a ruína dos valores simbólicos, políticos e econômicos do estado, aja visto,

⁴ Fernando de Azevedo faz uma excelente Conferência no Rio de Janeiro em 17 de agosto de 1933, por iniciativa da Associação de Professores Primários e da Liga de Professores e sob o patrocínio da Diretoria Geral de Instrução e publicado no volume *A Educação e seus problemas* em 1937. Nesta conferência, Fernando de Azevedo levanta considerações sobre o ensino direcionado para as populações rurais que ainda hoje são motivos de debates.



que a participação de políticos paulistas na Constituição de 34 assinala uma espécie de reincorporação do estado no cenário nacional. Em 1934, a convite do novo interventor, Cassiano Ricardo reassume a função no Gabinete do Governo, cargo que já exercera na gestão de Júlio Prestes, antes de 1930, e de Pedro de Toledo, em 1932. Retornando à administração pública, Cassiano Ricardo cria e dirige a revista *S. Paulo* em 1936⁵. Com tal ação, consideramos que o poeta e futuro líder bandeirista também colaborou com a reincorporação simbólica dos paulistas no cenário nacional.

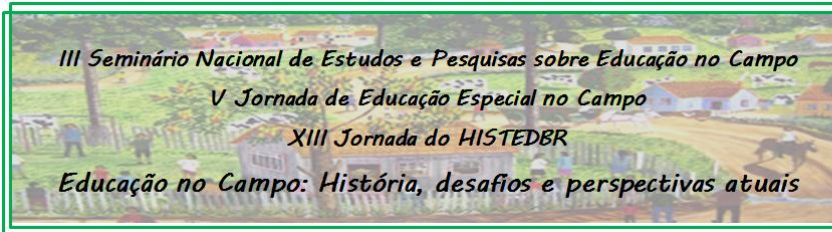
Os anos entre 1930 e 1937 são definidos por Sônia Regina de Mendonça (1990) como um período de “crise política aberta”. Como nenhum grupo político tornou-se hegemônico, o novo governo teve a possibilidade de atuar com relativa margem de autonomia face aos interesses em disputa. Mesmo com a relativa autonomia do Governo Federal, vários acontecimentos – Revolução Paulista de 32, Constituição de 34 e Intentona Comunista – e movimentos políticos – Integralismo, Comunismo e pressões dos liberais – foram postos na arena de disputa política. Além dos já conhecidos movimentos políticos, algumas personalidades reuniram-se em torno do Movimento Bandeira e se lançaram na disputa política de meados da década de 1930.

Sendo nosso objetivo neste artigo avaliar a questão do Ensino Rural e a configuração da reorganização do campo sob a ótica do ideário do bandeirista, observaremos neste texto: a apropriação de enunciados literários nas versões do poema *Martim Cererê*, as ações administrativas de Armando de Salles Oliveriras direcionadas para o Ensino Rural e a importância do I Congresso Brasileiro de Ensino Rural.

São Paulo, Ensino Rural e a formação da Nação

A revista *S. Paulo* e o jornal *Anhanguera* que a equipe técnica procurou uma estética gráfica que abrangesse a modernização local, que difundisse os feitos do

⁵ Segundo Marina Takami (2006), dois fotógrafos e um gravador cumpriam a função de executar o projeto gráfico da revista *S. Paulo*. De acordo com a autora, a revista tinha o caráter propagandístico e experimental ligado à estética das vanguardas artísticas do início do século XX. O mensário em rotogravura foi produzido em grande formato (30cm×44cm); as reportagens tinham página dupla e, em alguns números, traziam páginas desdobráveis que trabalhavam com a linguagem dos cartazes. Segundo Kariny Gravitol (2001), a fotografia era peça fundamental na estética da revista, onde vemos a tentativa de divulgação fosse acessível a letrados, analfabetos e estrangeiros.



governo de Armando de Salles, que fortalecesse a mística bandeirante⁶ e divulgasse o ideário do Movimento Bandeira. Além desses objetivos, esses periódicos traziam em suas reportagens a preocupação com a educação para populações rurais como forma de desenvolvimento econômico. Veremos nesse artigo como podemos encontrar uma associação discursiva entre o discurso poético, o discurso político e o discurso educacional.

Além de narrar a origem étnica e o nascimento dos “gigantes de botas” – leia-se bandeirantes –, o poema *M. C.* apresenta o mundo rural como etapa que compõe a formação da nacionalidade. Com o fim do “tropol de gigantes”, as Bandeiras se transfiguram no avanço da lavoura sobre o interior do território, onde o “mistério selvagem” cai “em rasgões de alvoradas,/que nem uma coluna verde subjugada/pela nova bandeira” (RICARDO, 1927b, p. 109). A parte dedicada à produção agrícola é apresentada com uma ilustração na versão de 1928. Nela, vemos o ambiente rural, as casas e os cafezais disciplinadamente alinhados avançando sobre a serra, ou seja, a ilustração reproduz muitos enunciados do poema: a plantação, a serra e as casas simples. Essa ilustração potencializa imagetivamente o discurso poético, uma vez que insere elementos textuais na ilustração.

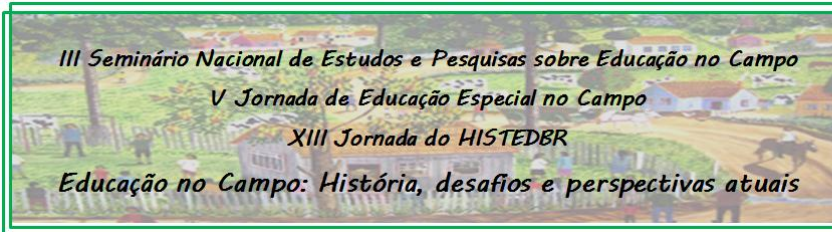
⁶ Em relação à construção do “mito bandeirante”, durante as primeiras décadas do século XX, observa-se a preocupação por parte dos intelectuais em descrever o ponto zero da história do país. No meio intelectual paulista, as Bandeiras foram trabalhadas simbolicamente para ocuparem o posto como mito fundador da Nação. Lúcia Lippi de Oliveira (1998) aponta que os bandeirantes estiveram no centro da polêmica, compondo duas imagens opostas: assassinos cruéis ou indivíduos de conduta íntegra.



Figura 1 – Ilustração da quinta seção *M. C.* (1928).

Para representar o mundo rural, Cassiano Ricardo inclui no *M. C.* alguns “causos”, o ambiente visual da fazenda – os monjolos, as casas, a queimada, os animais soltos no quintal –, as festas populares e os imigrantes. Todos esses recursos contribuem para descrever a “marcha dos soldados verdes” e apresentar ao leitor a produção agrícola e as floradas. Nas duas primeiras versões do poema, a incorporação do trabalhador rural era superficial, já que o homem do campo era basicamente apropriado para cantar os amores vividos. Na edição de 1929, o poeta reintroduz o homem do campo com mais um atributo: o trabalho. Nas primeiras edições, o homem do campo somente era inserido no texto com ares saudosistas, agora o trabalhador rural começa a ser inserido como aquele que produz. Aqui se cumpre a promessa de afastamento do jeca-tatuísmo mencionado na coletânea *O Curupira e o Carão* (1927a) e uma espécie de reabilitação do jeca-tatu sob o ideário do Movimento Bandeira.

Mesmo que as críticas a respeito do bacharel e do bacharelismo estivessem envoltas da crítica ao modelo oligárquico, Cassiano Ricardo insere no *M. C.* um “causo”, narrado nas versões de 1928 e 1929, o qual traz implicitamente a atitude de sair do mundo rural e ir para a cidade se “formar bacharel”. No poema de Cassiano Ricardo, a figura do bacharel ainda prevalece, pois a saída do campo em direção à cidade daria continuidade da marcha mítica rumo ao tempo moderno. Contudo, a partir das versões de 1934 do poema *M. C.*, essa referência é excluída da narrativa do poema.



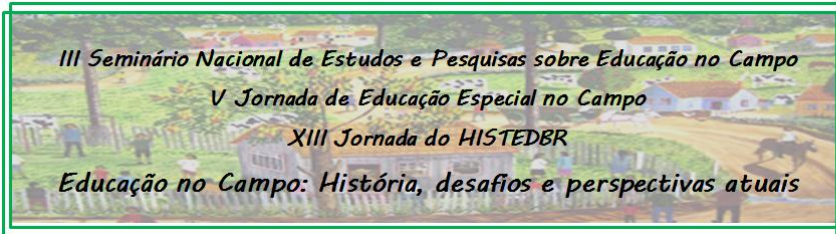
Apesar de a valorização do bacharel sair do poema, não desaparece completamente, pois migraria para o ideário do Movimento Bandeira; os bacharéis iriam civilizar o sertão⁷.

No que se refere aos cafezais, o poeta canta a sensação de conquista da terra sentida através da “soldadesca verde/que solta morros na distância/iluminada/um dois, um dois de batalhão/em batalhão” na “bárbara arremetida para o oeste” (RICARDO, 1927b, p. 129-130). Os “cafeeiros paralelos” representados na figura 1 são associados a “um exército aguerrido de soldados” (RICARDO, 1927b, p. 131). Esses novos desbravadores repetem a aventura dos “gigantes de botas”, mas, ao contrário daqueles, não estão isolados; eles têm os “fios telegráficos” que contam “com voz de gente/a cotação da bolsa/a hora oficial/o preço do café” (RICARDO, 1927b, p. 134). Essa marcha “inaugura uma nova estrada” e seus postes levam os “fios telegráficos sobre os ombros” (RICARDO, 1927b, p. 131). Para o poeta, a “civilização tomou de assalto o caminho da onça”, e o espaço primitivo cedeu lugar para a lavoura ligada por fios telegráficos. Essa tensão entre o mundo primitivo e o mundo moderno é amenizada quando a civilização encobre o “mistério selvagem” com a “fumaça de um trem” (RICARDO, 1927b, p. 130).

O poeta insere em seu poema as transformações impulsionadas pelo início da industrialização que, por sua vez, segundo a concepção de Cassiano Ricardo fora promovida pela produção cafeeira. Após o ambiente selvagem ser conquistado pela civilização, o eu poético pergunta: “E depois? Os bois puxando de dois em dois [...] e depois? Os fôdes escandalosos a encher com o barulho dos séculos o silêncio” da “terra cabocla” (RICARDO, 1927b, p. 136). Essa representação consolida o elo entre o primitivo e o moderno iniciado com o encontro racial entre o branco/civilizado e o índio/selvagem. Ambos os extremos – primitivo e moderno – permanecem interligados por uma continuidade do “espírito bandeirante” que se transfere do mundo mítico para o mundo rural e, consecutivamente, espera a chegada do mundo moderno.

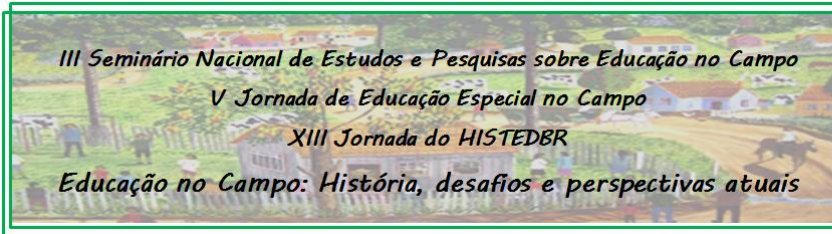
O desprezo da história na elaboração do passado nacional narrado por Cassiano Ricardo aproxima-se do que Mircea Eliade (1993) chama de “mecanismo da construção

⁷ Mesmo com a valorização da figura do bacharel, encontramos, na edição do *M. C.* de 1936, uma crítica sutil à posição do bacharel, pois o “bacharel ou doutor vivendo na cidade” é “enfermo da oratória e da saudade” (RICARDO, 1936, p. 175). Essa linha inserida demonstra o papel dos bacharéis na formação de novas bandeiras na ocupação dos sertões.



de arquétipo” por meio da repetição. O poeta em diferentes temporalidades históricas – bandeirantes e cafeeiros – consegue imitar as ações míticas do herói, para tanto, o autor reconduz esse modelo arquetípico ao longo da narrativa. Ao reencenar a marcha rumo ao sertão, Cassiano Ricardo mitifica as plantações como as que irão retomar a aventura bandeirante, não mais na conquista do território, mas na ocupação econômica do espaço primitivo. Essa nova marcha predestinada promovida pelos cafeeiros civiliza a terra e revive o “espírito bandeirante”; sendo assim, encontramos novamente a supressão do “tempo profano” e o retorno ao “tempo mítico”. As plantas humanizadas através da prosopopeia revivem a marcha dos “gigantes de botas” e, com essa metáfora, a “soldadesca verde” que invade o “sertão bruto” perde a qualidade de etapa histórica do desenvolvimento econômico paulista, para se tornar a marcha que caminha através do eterno presente, ou seja, o “tempo mítico”. Após a marcha da soldadesca verde, por onde “todos passaram” nascem as “torres” e as “avenidas”. Na narrativa ricardiana, o espaço rural é preenchido pela modernidade dos “fôdes escandalosos” e, mesmo com a modernização do espaço rural, os elementos da tradição agrária ainda são bastante representativos no poema.

Em todas as versões do *M. C.*, vemos uma visão do mundo estática, quando não saudosista, e um espaço rural que se transforma pela modernidade. Predominam, também, as mentalidades ruralista e republicana, dada a importância do bacharel que sai da fazenda para a cidade. O corpo editorial da revista *S. Paulo* apropria-se do *M. C.* e o desloca transformado para a revista, porque também outro era o público que pretendia alcançar. Nesse novo suporte, a imagem unida ao poema, fatalmente, lhe daria nova interpretação e cativaria um novo público. Essa forma de relação autor-obra-público não é uma novidade escolhida por Cassiano, mas uma expressão das mudanças na comunicação de massa do século XX. O século XX se conforma como a era da reprodutibilidade, como bem lembra Walter Benjamin (1955). Nele, ocorre uma mudança não apenas tecnológica, mas uma mudança na forma de perceber e expressar o mundo. Para o autor, no início do século XX, a reprodução atingiu um nível tal que conquistou o seu próprio lugar entre os procedimentos artísticos e publicitários. Com base nessas associações observadas pelo autor, podemos analisar as maneiras como o



corpo editorial da revista *S. Paulo* arquitetou os vínculos entre a riqueza da produção agrícolas e as criações artísticas com o orgulho regional.

Nessas reportagens, a produção cafeeira é denominada como “exército verde”, no qual todos os lavradores estão “irmanados no trabalho nobre e fértil”⁸ (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 8). De acordo com as reportagens, o avanço da lavoura que “desbrava, civiliza e fértil o sertão” manifesta “o critério de disciplina e organização que caracteriza São Paulo” (Idem). No intuito de caracterizar o processo de constituição da economia nacional, os redatores afirmam que

o café que civilizou o país [...] fixou suas populações rurais, fez surgir as cidades [...] Suas possibilidades [...] atraíram o forasteiro, concorrendo para adensar a variegada massa demográfica da nação. Sua riqueza deu recursos à administração, que foi dotando o país dos processos mais modernos de viação, assistência social e sanitária, cultura e instrução (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 5).

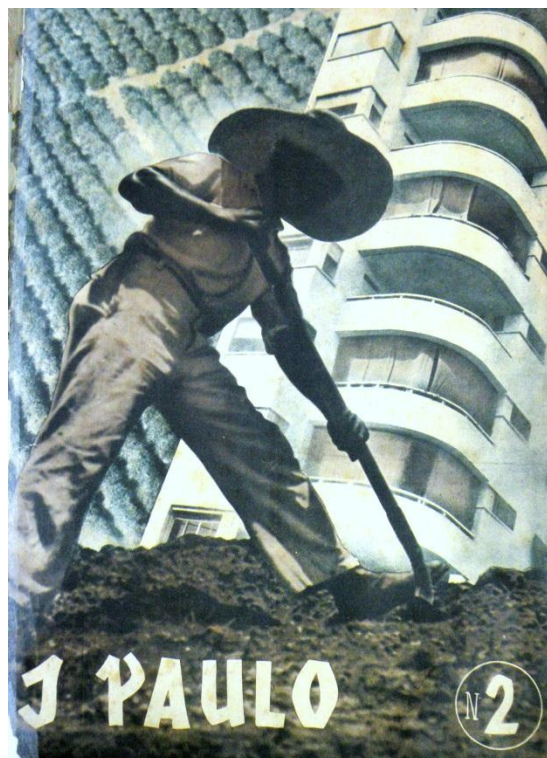
De acordo com os redatores, a “derrubada do sertão bruto” para a “investida geométrica dos cafezais” e o “arremesso dos andaimes para a construção da nossa metrópole” refletem o “conflito humano com a natureza”, ou seja, a civilização é mais um “extraordinário milagre dos nossos cafezais” (Idem). Considerando que o mundo rural faz parte do corpo temático do poema, ao lado do café, outras produções agrícolas também recebem destaque nas reportagens do mensário. Segundo os redatores, as culturas do abacaxi, do abacate e da laranja podem ser direcionadas para o consumo interno e para a exportação. A produção do fumo, do algodão, do arroz, da cana e do milho seriam as novas produções incorporadas ao quadro policultor paulista. No rol das atividades econômicas, a pecuária também é inserida nas reportagens com textos, imagens e dados numéricos, os quais expõem a prosperidade dessa economia. Aspectos econômicos do mundo rural já poetizado no *M. C.* são apropriados e transportados para

⁸ Em outra reportagem, os redatores parabenizam os “cuidados que os lavradores paulistas dispensam” a sua produção, quer “na colheita, quer na secagem, quer na exportação” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 8). A reportagem “Cafês finos” sugere uma espécie de “oração religiosa” que o produtor deveria repetir: “Cafeicultores do Brasil! Cuidai de colher em boas condições; vigiai com o máximo cuidado os trabalhos no terreiro ou nos secadores; atentai em que a máquina esteja bem regulada, para que os trabalhe sem prejudicar o produto; expurgai as impurezas o máximo possível. Assim vosso trabalho será recompensado” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 6).

III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
V Jornada de Educação Especial no Campo
XIII Jornada do HISTEDBR
Educação no Campo: História, desafios e perspectivas atuais



o texto publicitário para divulgar as ações do governo de Armando de Salles e a prosperidade econômica de São Paulo.



Revista S. Paulo, 1936, ano 1, n. 4

Como parte da remodelação do ensino promovida pela administração do governador Armando de Salles “as escolas e clubes agrícolas” fazem parte de um “vasto plano de ensino profissional” (S. PAULO, 1936, ano 1, n. 6). Na imagem a baixo vemos uma reportagem organizada a partir se uma série de imagens organizadas ao estilo das fotomontagens da vanguarda modernista.

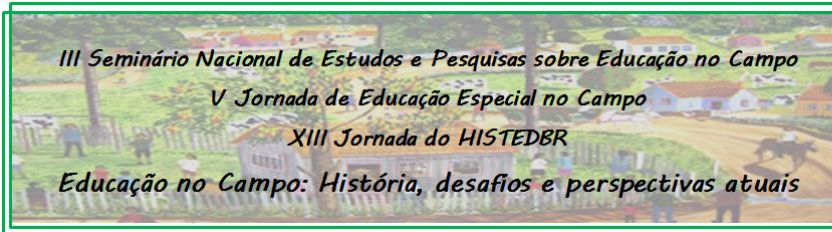
www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Revista *S. Paulo*, 1936, ano 1, n. 6

No que se refere à fotomontagem⁹, Annateresa Fabris (2003) considera esse recurso como proveniente do universo industrial e da sociedade de massa, dando vida à colagem polimétrica. Mariana Takami (2008), ao estudar as fotomontagens, considera que ela é o resultado da “construção de uma composição, unindo dois ou mais fragmentos fotográficos recortados, de modo que o sentido da imagem se estabeleça no novo conjunto resultante” (TAKAMI, 2008, p. 74). Na fotomontagem acima vemos meninos e meninas selecionando sementes e cuidando de hortas, ou seja, trabalhando coletivamente ao modo cooperativista em diversas localidades de acordo com o mapa encontrado na fotomontagem. Em uma placa encontramos a inscrição: “Por um grão a terra, nos dá cem” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 6). Como parte da remodelação do ensino do Estado de São Paulo, os redatores bandeiristas questionam “quais os conhecimentos de trabalho, preparador de riqueza, que a nossa população escolar rural trazia para a vida?” (Idem). Esse questionamento tinha um objetivo bastante específico

⁹ O termo fotomontagem foi cunhado a partir da ideia do artista *foto-montador* que trabalhava como operário na linha de montagem industrial, que se relaciona com o universo da máquina e da arte. O termo surgiu na segunda metade da década de 1910 e diferencia-se da colagem cubista pelo uso da fotografia na composição. Tanto para Annateresa Fabris (2003) quanto para Mariana Takami (2008) a utilização política da fotomontagem iniciou-se na contrapropaganda nazista, mas no contexto da revista *S. Paulo* vemos que a utilização da fotomontagem serviu não para a contrapropaganda, mas para a propaganda política do estado paulista, onde incorpora elementos urbanos, industriais, agrícolas, trabalhados em uma intertextualização com enunciados extraídos do poema *M. C.* Por essa razão, Mariana Takami (2006) considera que o projeto da revista *S. Paulo* próximo ao da revista soviética *SSSR*. Esse mensário era uma publicação propagandística do regime soviético voltado para os públicos interno e externo, sendo traduzida para o francês, o alemão, o inglês e espanhol.



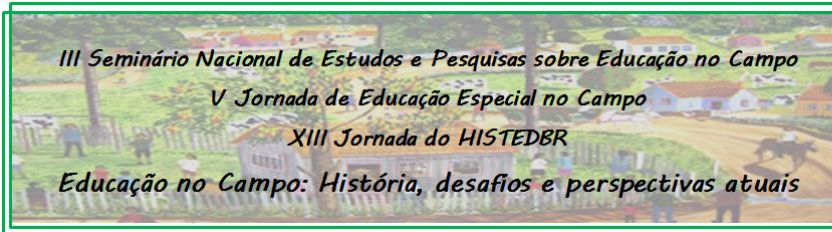
em relação a produção econômica, segundo os redatores, a “criança, no interior do estado, ao terminar seu curso primário, sabe ler e escrever, mas ignora por completo, como planta um produto, qual o preparo do solo e os métodos adequados de cultura” (Idem).

De acordo com os redatores bandeirista, “educadores eméritos resolveram em parte a questão, idealizando clubes agrícolas” que se “destinam a dar à criança de ambos os sexos ensinamentos rurais” (Idem). Mas, somente isso não é necessário, pois esses “pequenos lavradores, mais tarde, teriam dificuldades no escoamento da produção, pela falta dos necessário rudimentos comerciais. Daí a necessidade de se estabelecer uma seção comercial, orientada pelos princípios do cooperativismo” (Idem). Os responsáveis pela publicidade na revista informam como estão organizados esses Clubes de Trabalho, eles estão localizados

nos núcleos de população em que, dentro de um raio de 3 quilômetros, seja possível recutar cem sócios, entre crianças e adolescentes de 12 a 18 anos, irá dar novo impulso a lavoura paulista, pois ele tem por objetivo: formar na primeira mocidade, hábitos de trabalho e de valorização do esforço humano, afim de, pela aplicação de métodos racionais, estimular e fomentar a produção econômica do estado, e facilitar o seu escoamento mediante a divulgação de melhores práticas de comércio, tanto do ponto de vista ético, como técnico (Idem).

Sendo a produção agrícola a principal produção econômica paulista, ela também é inserida no discurso voltado para o Ensino Rural e nacionalista. No texto poético do poema *M. C.* e publicitário da revista *S. Paulo*, uma das características da produção cafeeira é a fusão racial realizada pelo trabalho, pois nessa atividade encontram-se “criaturas oriundas de todos os quadrantes do universo” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 1). Reproduzindo o discurso literário no discurso político, os redatores da revista *S. Paulo* afirmam que somente no solo brasileiro se formaria a “raça cósmica”¹⁰ a partir da união entre o índio, o branco, o negro e o imigrante. Com o intuito de associar o Ensino Rural ao desenvolvimento da economia agrária, os “novos bandeirantes” tem uma preocupação especial com a educação direcionada para as populações rurais. Esse

¹⁰ Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Plínio Salgado no Manifesto “Nhengaçu Verde Amarelo” escrito em 1929 eram simpáticos as teses da “Raça cósmica” de José Vasconcelos, pois acreditavam que na América se formaria outra raça através da miscigenação.



preocupação pode ser encontrada nas páginas do jornal *Anhanguera* através da divulgação do 1º Congresso Brasileiro de Ensino Rural realizado em agosto de 1937.

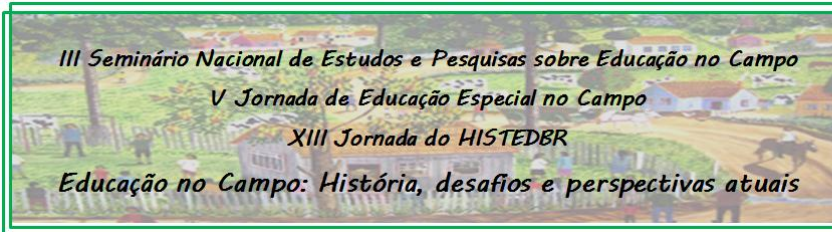
Os redatores do jornal *Anhanguera* divulgam o 1º Congresso Brasileiro de Ensino Rural realizado Teatro Municipal entre os dias 24 e 27 de agosto de 1937 por iniciativa da “Sociedade Luiz Pereira Barreto”, que em no estado de São Paulo vem pugnando pela difusão desse ensino. Segundo os redatores bandeiristas, a Sociedade Luiz Pereira Barreto, “vem promovendo intensa propaganda pela maior e melhor difusão do ensino rural entre as populações campestinas” (*ANHANGUERA*, 1937, 23 de agosto, ano 1, n. 49, p. 1). Estarão presentes professores do Ceará, do Maranhão, Espírito Santo e do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná, Bahia, Paraíba. A Presidência de honra J. J. Cardozo de Mello Neto governador do estado de São Paulo e presidência efetiva o sr. Cantidio de Moura Campos o Secretário da Educação e Saúde Pública.

Esse congresso, segundo a imprensa bandeiristas, é “um grande passo dado em prol do ensino adequado aos trabalhadores rurais que carecem, e muito, de ensinamentos outros que não apenas o saber ler, escrever e contar” (*ANHANGUERA*, 1937, 7 de julho, ano 1, n. 10, p. 5). Pra os debates desse assunto, durante “os dias do Congresso serão realizadas sessões plenárias para a discussão das teses e trabalhos apresentados, e que depois de aprovados a S. L. P. B. os enviará para os governadores” e “remetido à Comissão de Educação da Câmara Federal” para que seja incluído “no Plano Nacional de Educação ora em estudos naquela Câmara Legislativa” organizado pelo ministro de Educação e a ele enviado pelo dr. Gustavo Capanema (Idem). Uma das questões que serão abordadas no congresso é referente a

escola primária que mais convém ao Brasil: sua organização, seus programas e horários; o professor especialista de que necessita; sua adaptabilidade ao meio em que vai servir; sua influência sobre as populações rurais; o saneamento e a difusão de princípios de higiene pela escola primária; assimilação de imigrantes; a melhoria e o aumento da produção etc. enfim, tudo que interesse diretamente ao homem campestino (Idem).

Esse é um esforço útil e patriótico está sob-responsabilidade da Secretaria de Educação e Saúde Pública do estado, secretaria esta que, segundo os bandeiristas, estão

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



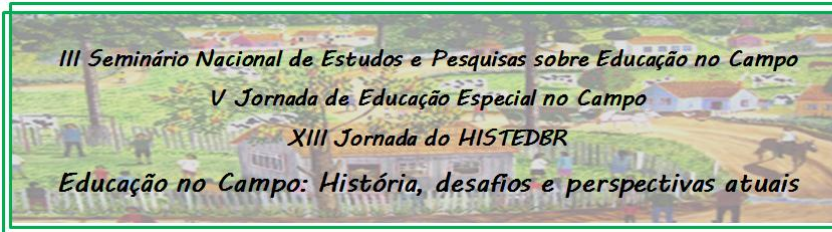
preocupados com a localização das escolas, as salas, “as possibilidades de instalação dos professores e aos meios de condução” (ANHANGUERA, 1937, 10 de julho, ano 1, n. 13, p. 7). Mesmo com os obstáculos, como a difusão da população e as dificuldades materiais encontradas na instalação e manutenção tanto da escola como do professor, os redatores destacam o crescimento no número de escolas no estado de São Paulo conforme a tabela a baixo.

Ano	nº de escolas	%
1925	1025	
1930	2018	
1933	2624	
1936	3207	

Jornal *Anhanguera*, 10 de julho, ano 1, n. 13, p. 7.

Mesmo com o aumento considerável no número de escolas direcionadas para o ensino rural, segundo os bandeiristas, somente existem no estado de São Paulo, em “regular funcionamento, 5 grupos escolares rurais, que aplicam o programa de ensino primário [...] através de atividades agrícolas elementares e de problemas de interesse local” (Idem). O bandeiristas ao apropriarem do discurso pedagógico no discurso político apresentam suas propostas direcionadas para o ensino rural, propostas essas que serão foco de debates no 1º Congresso Brasileiro de Ensino Rural. Vejamos o fragmento retirado do jornal *Anhanguera*.

A administração escolar tem procurado, através de seus órgãos técnicos e de suas publicações, dar ao ensino primário da roça orientação mais consentânea com o meio rural e suas necessidades. Para esse fim, foram instituídas escolas rurais experimentais, cuja organização e cujos resultados estão sendo divulgados entre os professores. Efetuando-se também dois cursos de férias, destinados aos mestres rurais. Por último, a escola normal de São Carlos realizou com maior proveito um curso de especialização para normalistas candidatas ao magistério primário na roça desenvolvendo, nos quatro meses de aulas, um programa que abrangeu questões de educação primária, de sociologia rural e de higiene aplicada à vida do roceiro (Idem).

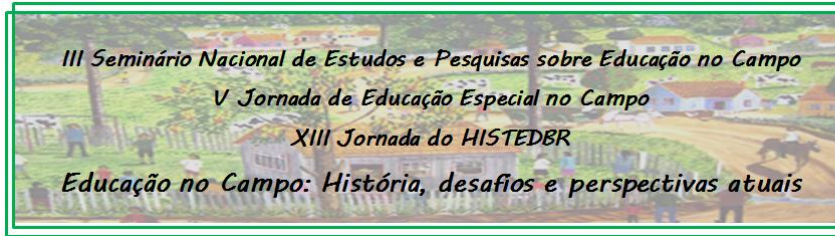


Os objetivos do 1ª Congresso Brasileiro de Ensino Rural será a “elaboração de um completo plano de ensino rural para o país”, o qual será discutido por “médicos, agrônomos e educadores estudiosos da questão” (ANHANGUERA, 1937,13 de julho, ano 1, n. 15, p. 7). Essas providências direcionadas para a escola primária pretendem elaborar um programa “necessário de reerguimento social e econômico da Pátria”, e mais, “integrar esse poderoso agente renovador na ação patriótica de valorização do homem do campo, por meio de uma educação utilitária e prática capaz de o encaminhar para uma nova vida, mais confortável e mais produtiva” (Idem). Nesse sentido, a questão referente ao caboclo, “aquele que está a exigir das autoridades a assistência que necessita para o bom desempenho de sua tarefa como elemento produtivo da sociedade brasileira” (ANHANGUERA, 1937, 24 de julho, ano 1, n. 24, p. 2). De acordo com os bandeiristas, “é sabido que, apesar do ensino rural ter que atender as peculiaridades locais, é preciso convir também que ele, em absoluto não pode deixar de satisfazer aos interesses de ordem geral e que são, ao mesmo tempo os supremos interesses da Pátria” (Idem).

Outra preocupação além da produção é o “preparo do mestre para a zona rural”, pois para a educação que solucione “problema econômico do país [...] é indispensável que a mão de obra esteja preparada”, ou seja, “para o preparo do obreiro só a escola, e para a escola que desempenhe esta função, só o mestre especialista” (Idem). Deve-se defender a “inclusão de uma parte pedagógica e didática para a formação de mestres rurais” mudarão por “completo a feição do ensino primário, concorrendo para que ele finde sua tarefa desastrosa de fomentador do êxodo dos campos” (ANHANGUERA, 1937, 24 de agosto, ano 1, n. 50, p. 1). Segundo os bandeiristas, é “mister que esses abnegados professores tenham outras e melhores regalias e direitos, além dos estatuídos para os que vivem confortavelmente nos centros urbanos”, assim como, “uma remuneração compensatória” (ANHANGUERA, 1937, 6 de agosto, ano1, n. 35, p. 2).

Uma manchete descreve a proposta de “elaboração de um plano de ensino rural para o Brasil” e os objetivos principais do congresso:

Conhecer o pensamento de cada Estado em matéria de educação rural [...] estudar e discutir nos mínimos detalhes a situação do mestre – o que se destina, especialmente às zonas rurais, onde, por falta de



conforto material, tem de enfrentar os problemas mais sérios e as vezes, mais angustiosos do magistério público (Idem).

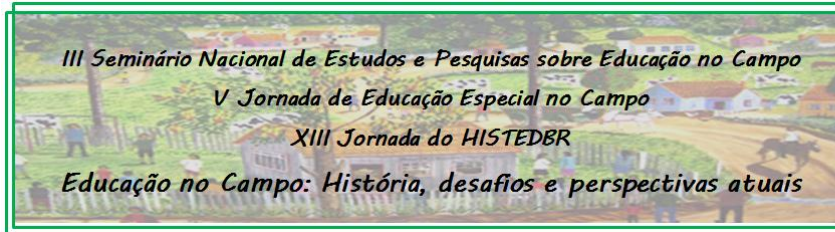
Uma reportagem com Honório de Sylos sobre as soluções para o “problema da escola rural” expõem em linhas gerais como devem ser encaminhadas as discussões no referido Congresso. O entrevistado considera que o

ensino hoje ministrado, nas fazendas, constitui, a meu ver, pernicioso veículo de urbanização. Porque: 1º) O professor é, por assim dizer, agressivamente urbanista. Só fala da cidade, fazendo extensivamente sua propaganda. 2º) Os programas não são traçados, especialmente, para o campo. Só teremos a ‘escola rural’ autentica, com professor especializado. Para isso, é necessário criar ‘Escolas Normais Rurais’, que deverão ser localizadas na Zona rural (ANHANGUERA, 1937, 24 de agosto, ano 1, n. 50, p. 3).

Segundo o entrevistado, não é “possível esquecer o problema da residência, da casa para a escola e para o mestre”, pois no campo “é um verdadeiro drama a vida do professor (geralmente do sexo feminino) na casa dos administradores e fiscais” (Idem). Outro grande problema é “livro didático adequado à vida agrícola” (Idem). O entrevistador questiona: “Que poderá a escola fazer em prol do preparo do homem do campo para uma vida de racional trabalho produtivo?”. A resposta de Honório de Sylos: “Tudo. O professor, diplomado pela Normal Rural, terá [...] noções de agricultura e higiene rural e poderá dirigir, ao lado da escola um pequeno campo e experiências. Suas lições, assim, não caberão dentro de quatro paredes de uma sala de aula” (Idem). De acordo com essa perspectiva, o “professor rural precisa ser auxiliado, na sua ingente tarefa, pelo médico [...] O mestre-escola completará a ação higienista. E o trabalhador será valorizado. Sabendo ler e escrever, e com saúde, o nosso caboclo demonstrará sua admirável eficiência” (Idem).

Para evitar o êxodo, o entrevistado afirma que é só criar a escola rural com o preparo do

professor especializado. Saneando as fazendas. Melhorando as casas dos colonos, geralmente infectas. Desenvolvendo o gosto pelos esportes. Numa palavra, embelezando a vida rural [...] Tenho grande confiança na ação coordenadora e benéfica que o cooperativismo pode



desenvolver, fortalecendo o espírito de homem congenitamente rural (Idem).

Os redatores bandeiristas divulgam a escola rural no Paraná, a qual está subordinada na Pasta da Agricultura. Neste estado criaram as Escolas de Trabalhadores Rurais, neste estabelecimento de ensino – de organização peculiar – se “destina à formação dos futuros administradores rurais” (ANHANGUERA, 1937, 23 de agosto, ano 1, p. 49, p. 1). Os “novos bandeirantes” destacam como se organiza a Escola de Trabalhadores Rurais de Curitiba e Castro:

é de regime de internato, se destina a matricula dosadolescentes pobres menores de 14 anos de idade. É inteiramente gratuita e ministra o ensino primário e complementar. Anexo a escola há um terreno cultivável de quase 8 alqueires para as práticas agrícolas dos alunos que ali excutam toda a ordem de trabalho rural, sob a direção técnica e professores especializados (ANHANGUERA, 1937, 23 de agosto, ano 1, n. 50, p. 1).

Só por meio do ensino rural utilitarista e prático “adequado pode-se chegar a mudar a nossa mentalidade agrária dominante”, ou seja, o Estado deve “estimular a disseminação do ensino rural, para que se obtenha a finalidade visada ao aumento e a melhoria da produção agrícola” e “tirar o máximo da terra” (Idem).

Após o encerramento do evento, os representantes do 1º Congresso Brasileiro de Ensino Rural, a partir das 59 teses e trabalhos técnicos apresentados e as conclusões tomadas pelas comissões de Saúde, Ensino Normal, Ensino Primário e Agricultura resiltaram uma série de medidas:

- criação de “escolas primárias típicas rurais” e “transformação das já existentes”;
- “oficialização e fundação de Clubes Agrícolas Escolares e de Clubes de Trabalhos”;
- “criação de superintendência de Ensino Rural nos Estados”;
- obtenção de “um terreno com sua área mínima de um hectare para essas escolas típicas rurais”;



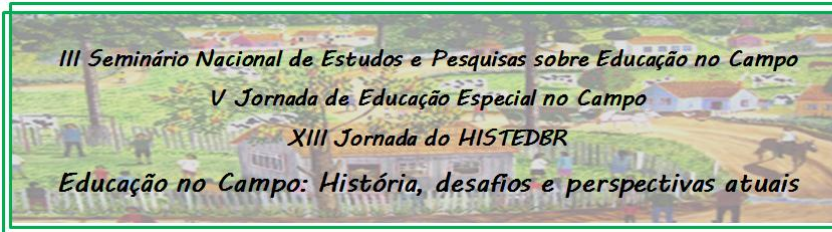
- “criação e impressão pelos governos de um periódico para larga distribuição gratuita às crianças e professores das zonas rurais, de assuntos de agricultura prática, zootecnia aplicada e pedagogia rural”;
- “criação de missões técnicas culturais destinadas a realizar cursos rápidos para as populações rurais”;
- “impressão e divulgação de livros didáticos destinados a zona rural”;
- “preparo de filmes educativos sobre motivos ruralistas”;
- fundação de uma “estação transmissora para divulgação de noções de agricultura, zootecnia, higiene, pedagogia rural e educação física”;
- “a escola rural, apesar de sua organização pedagógica ser de caráter regional, estimular por todos os meios, o espírito de brasilidade”;
- aprofundar nos estudos do êxodo e dos latifúndios;
- escolas rurais e praieiras devem “ter assistência de um médico e de um agrônomo”.

Apesar das deliberações, a grande decisão foi a necessidade de criar as “Escolas Normais Rurais” em São Paulo dependente da Escola Profissional Agrícola do Espírito Santo do Pinhal. Segundo os representantes do Congresso, a divulgação de todas as decisões “visam de qualquer maneira, a melhoria das precárias condições de vida do homem do campo” de acordo com “as necessidades e os interesses do homem do campo” (ANHANGUERA, 1937, 23 de agosto, ano 1, n. 49, p. 1). Além desses resultados, os organizadores do congresso irão organizar um Concurso de monografias com o máximo de 20 páginas entre os agrônomos e médicos veterinários do Brasil com o título “Pelo Caboclo do Brasil”. A normas são: escrever em “língua simples, sem muitos detalhes, mas dando, apenas, as instruções indispensáveis aos mestres” (ANHANGUERA, 1937, 28 de agosto, ano 1, n. 54, p. 3). Será oferecido 5 contos de réis em seis prêmios e os trabalhos premiados serão distribuídos nas escolas pelo Brasil.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Fernando. A educação e seus problemas. 3ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1952.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª Ed. São Paulo: Editora representativa, 1999. 361 p.

RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. São Paulo: Editorial Hélios LTDA, 1927.

_____. *Martim Cererê*. São Paulo: Editorial Hélios LTDA, 1928.

_____. *Martim Cererê*. São Paulo: Editorial Hélios LTDA, 1929.

_____. *Martim Cererê*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1932.

_____. *Martim Cererê*. São Paulo: Editora José Olympio, 1936.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1990. 239 p.

GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501 p.

GRAVITOL, Kariny. *Viajante incansável: trajetória e obra fotográfica de Theodor Preising*. 2011. 158 f. Dissertação (Ciências da Computação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2011.

LACAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In:

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e sociedade: a consolidação da República oligárquica*. In: LINHARES, Maria Yedda (org). *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 315-326

Periódico

Revista *S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 1

Revista *S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 4

Revista *S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 5

Revista *S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 6

Revista *S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 8

Jornal *ANHANGUERA*, 1937, 7 de julho, ano 1, n. 10, p. 5

Jornal *ANHANGUERA*, 1937, 10 de julho, ano 1, n. 13, p. 7.

Jornal *ANHANGUERA*, 1937, 13 de julho, ano 1, n. 15, p. 7

Jornal *ANHANGUERA*, 1937, 24 de julho, ano 1, n. 24, p. 2

Jornal *ANHANGUERA*, 1937, 6 de agosto, ano 1, n. 35, p. 2

Jornal *ANHANGUERA*, 1937, 23 de agosto, ano 1, p. 49, p. 1

Jornal *ANHANGUERA*, 1937, 24 de agosto, ano 1, n. 50, p. 3

Jornal *ANHANGUERA*, 1937, 28 de agosto, ano 1, n. 54, p. 3